**09/11/2020**

**“O Brasil tem uma nova chance de aprender com a Europa e se preparar contra uma possível segunda onda de COVID-19 no País”, diz especialista**

Há mais de 10 meses do primeiro caso de COVID-19 no mundo, alguns países enfrentam sua segunda onda de infecção após flexibilizarem as medidas de isolamento e as estratégias de prevenção contra o novo Coronavirus. A Europa voltou a apresentar números alarmantes de mortes e de pessoas infectadas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o continente europeu teve “maior aceleração” na disseminação da doença e se tornou o responsável por metade dos novos casos de COVID-19 e pelo aumento de 46% nas mortes, em consequência da doença, registradas no mundo nas últimas semanas. “Com o verão europeu, as medidas de liberação da circulação e o descuido da população com as regras básicas de controle contribuíram para a segunda onda da COVID-19 naquele Continente  e o aumento do número de casos superior ao do pico da epidemia. Isso provocou novas medidas de contenção, como o lockdown em alguns países”, comenta o médico sanitarista e professor de Saúde Pública do Centro Universitário São Camilo, Sergio Zanetta.

A epidemia pelo Sars-Cov-2 mostra sua capacidade de, rapidamente ampliar a transmissão e aumentar o número de casos com uma repetição do início de 2020, o que assombra as autoridades sanitárias europeias. “Nessa segunda onda nós temos uma taxa de mortalidade menor, por um lado, resultado da experiência dos profissionais da Saúde que aprenderam a lidar com os pacientes mais críticos e diminuíram a letalidade da doença e, por outro, o registro de maior número de casos entre os jovens, o que não ocorreu no começo da pandemia.  Observando o que acontece na Europa, o Brasil tem uma nova chance de aprender com essa experiência e conter a expansão já elevada da transmissão da COVID-19.  “Ainda estamos na ‘primeira onda’, apesar da estabilização e, agora, diminuição pequena no número de casos, mas a boa notícia foi a redução de mais de 30% no número de mortes, resultado do esforço e aprendizado dos médicos que conseguiram avançar no tratamento de casos graves. O que tememos é a chegada do verão brasileiro e a manutenção dos elevados níveis de circulação sem as três medidas fundamentais de controle da doença (uso de máscaras, o distanciamento social/pessoal e lavagem das mãos frequentemente com água e sabão ou com álcool em gel 70%). Nesse caso, o Brasil poderá repetir o que está acontecendo novamente na Europa”, explica o professor.

**Volta às aulas**

Quando perguntado sobre a atual situação do Brasil, que se encontra na fase de reabertura de todos os serviços, Zanetta enfatiza que o *lockdown* foi medida extrema e só deve ser acionado em último caso. “Devemos prosseguir com maior cuidado e controle na abertura de atividades que sejam socialmente relevantes para a sociedade, como o retorno das aulas. A escola da modernidade não é só um lugar onde se aprende os conteúdos de disciplinas, mas que também garante a segurança física, psicoafetiva e nutricional das crianças. As escolas só não tiveram sua abertura priorizada porque os planos não deram prioridade para a Educação e sim para o setor comercial e de negócios. O problema das escolas é o ambiente externo, a população, os pais, mães e familiares que estão em contato com as crianças, pois muitos deles estão saindo para todos os lugares, como lojas, restaurantes, bares e festas. A escola pode ser um ambiente seguro e também pode ‘ensinar’ a sociedade a cumprir as regras para o controle da COVID-19, pois teremos muito tempo de convivência com ela”, alerta Zanetta.

**Vacinas**

Com relação às vacinas que estão sendo produzidas, o professor de Saúde Pública do Centro Universitário São Camilo explica a situação das mais avançadas, a de Oxford e a Coronavac (chinesa): “O ensaio clínico de fase 3 da vacina de Oxford, que iniciou em maio de 2020, termina em julho de 2021 e o da China, que começou em julho de 2020, termina em outubro de 2021. Este é o tempo correto para responder se a eficácia da vacina ocorreu e se ela persistiu e por quanto tempo perdurou. A vacina contra a COVID-19, provavelmente, não será esterilizante e não evitará totalmente a doença e deve conferir uma proteção média entre 50 e 60%. A vacina que poderá ser distribuída a partir de março ou abril ainda deve ser observada quanto ao tempo de duração dessa proteção, mas já teremos informações a respeito de sua segurança, o que é absolutamente indispensável e será garantido pelos órgãos de controle do SUS que realizam essa atividade com eficiência e correção há mais de 32 anos”, afirma Zanetta.

Por fim, o médico sanitarista enfatiza que, diante dos fatos, os testes são necessários e devem ser feitos no tempo correto, mas o fundamental neste momento é a preparação para o grande esforço de logística para aplicação da vacina em território nacional. “A realização desses testes de segurança e eficácia independem dos discursos e dos políticos, porque essa decisão não será tomada por nenhum deles e, sim, pelos cientistas dedicados que, no mundo inteiro, não se curvam a outro interesse que não o da Ciência. Existe fiscalização e compromisso internacional que garantem que esse cuidado será tomado. No entanto, esse esforço precisa ser coordenado com uma estratégia de vacinação nacional para conseguir a imunização - mesmo não sabendo o tempo de sua duração - de todos os 210 milhões de brasileiros. Essa realidade projeta uma nova dimensão para as expectativas de todos: mesmo com a vacina disponível, nós ainda teremos uma longa caminhada de controle das atividades e das ações contra a COVID-19, o que exigirá esforço e dedicação da sociedade e das autoridades. Estejamos à altura desse desafio”, finaliza o professor de Saúde Público do Centro Universitário São Camilo.